



ARTIGO

AO ENCONTRO DE MNEMOSYNE: *REFLEXÕES SOBRE A MORTE NA PERIFERIA DE SÃO PAULO*

*Valéria Sanches**

Resumo: A despeito das transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea com relação às atitudes diante da morte, restringindo-as, cada vez mais, a um pequeno círculo de amigos e familiares, o presente artigo procura mostrar que, ao menos na periferia da cidade de São Paulo, a morte é um fenômeno vivido publicamente e compartilhado com um grande número de pessoas, contribuindo, assim, para o fortalecimento das relações sociais.

Palavras-chave: morte - periferia - sociabilidade.

Nas últimas décadas muitos estudos têm procurado demonstrar o crescente processo de ocultação da morte no Ocidente. Dentro destes, destacam-se, principalmente, os trabalhos de Michel Vovelle e Philippe Ariès, que apontam para as transformações ocorridas com relação às atitudes diante da morte, denunciando o profundo esquecimento a que foram relegados nossos mortos. Embora esse processo seja inegável, o que pretendemos demonstrar nesse artigo é que na sociedade brasileira tais atitudes não podem ser tomadas como um bloco homogêneo e unidirecional. Mais do que isto, elas estão cercadas por uma tensão que se produz através do jogo entre memória e esquecimento, e aqui, tal como na Grécia antiga, estamos também diante de duas forças estruturantes.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.

Na mitologia grega, as Musas – filhas de Mnemosyne, deusa que possui o poder da memória – nomeiam todas as coisas através de seu canto e, assim, tudo aquilo que pertencia ao reino da noite, do não-ser, do esquecimento, torna-se presente. As Musas “mantêm no encanto do canto o poder de presentificar o que sem elas é ausente”, ou seja, têm o poder de tornar presente o que nomeiam e de manter ausente o que não é nomeado, e, nesse sentido, o dia e a noite, a luz e a escuridão, a memória e o esquecimento configuram-se como forças que se opõem com o mesmo vigor (TORRANO, 1992: 22-6).

O poder de lembrar e esquecer está representado, ainda, no reino de Mnemosyne por duas fontes: aquela que contém a água limpa da memória, e o Letes, onde correm as águas turvas do esquecimento. Ao mesmo tempo que Mnemosyne possui a força da desocultação e do desvelamento, possui também a força da ocultação e do encobrimento. “Assim, passado e futuro, equivalentes na indiferença da exclusão, pertencem do mesmo modo ao reino noturno do Esquecimento até que a memória de lá os recolha e façá-os presentes pelas vozes das Musas” (idem: 27).

É nesse registro da tensão e da ambigüidade entre o esquecimento e a memória que pretendemos situar nossas considerações sobre a morte e os mortos na sociedade brasileira, especialmente na periferia da cidade de São Paulo. Se o processo de ocultação da morte é inegável, como dissemos, acreditamos que haja duas maneiras de abordá-lo: a primeira é mostrando sua consumação, seu fim; a segunda, é mostrando a permanência daquilo que se pretendeu sufocar e que, *malgré tout*, resiste bravamente.

Escolhemos neste trabalho a segunda. Deixar de notar a persistência dos ritos que cercam a morte e a permanência dos mortos na memória dos vivos seria, de alguma forma, deixar de nomeá-los contribuindo, assim, para que eles permanecessem no Tártaro, no reino da noite e do não-ser. Seria condená-los ainda mais ao esquecimento.



A CAMINHO DO LETES: A FONTE DO ESQUECIMENTO

Na concepção de Ariès, a partir do século XIX e mais ainda neste século, as atitudes diante da morte diferenciaram-se substancialmente, pois se no passado ela fora cultivada, compartilhada, e até mesmo admirada pelos românticos, passa a ser, no presente, solitária e vergonhosa. Da mesma maneira, os sentimentos que emergem dessa separação passam a ser abafados para que a “feiúra” da morte – muitas vezes representada por caveiras – não manche a “beleza” da vida, permitindo, assim, que os mortos sejam definitivamente esquecidos.

O progresso, tendo sido sempre escoltado pela ciência, passou por todos esses séculos sem deixar rastros, nivelando os relevos de cada época para reinar no mundo moderno. Entretanto, o avanço da ciência parece ter colocado um paradoxo para o homem. Quanto mais a medicina dispõe de meios para prolongar a vida, mais alienado de sua própria vida se torna o homem, pois cada vez mais lhe resta apenas acatar o juízo e o saber daqueles que detêm a explicação da vida e da morte em suas mãos: os médicos.

Não só a medicina, mas toda a sociedade, com o auxílio de suas instituições, se encarrega de passar uma borracha nessas vidas pretéritas para que elas não ocupem o cada vez mais comprimido espaço dos vivos. Assim, os leitos se deslocam das casas para os hospitais, os velórios encontram lugares apropriados para se realizarem, os cemitérios vão sendo substituídos por crematórios, enfim, não se pouparam esforços para *maîtriser* a morte, apagando todo e qualquer vestígio que ela possa deixar e retirando-a do cenário onde se desenrola a vida. Dessa maneira, o processo de ocultação da morte tem início muito antes que ela realmente aconteça. Poderíamos dizer que ele se inicia dentro da própria família, que hoje se sente incapaz de administrar a doença. Os familiares já não “sabem”, não “podem” ou não dispõem de tempo para cuidar de seus moribundos e os levam para viver sua agonia e sua morte bem longe de sua casa: no hospital.

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

Obviamente, estas considerações referem-se às sociedades ocidentais, pois em alguns países do Oriente a cremação pode assumir outros significados. Na Índia, por exemplo, esta cerimônia tem um caráter religioso e público.

Essa dissimulação da morte estende-se inclusive à arquitetura dos cemitérios modernos, pois ali os mortos “repousam” em um imenso gramado, de onde foram retirados todos os símbolos da morte, tais como cruzes e túmulos. Outra prática que se adequa perfeitamente a essas estratégias do homem moderno para livrar-se dos mortos é a cremação. Ariès (1988: 159) e Rodrigues (1983: 202) nos informam que a incineração tem sido uma prática crescente nos países da Europa, não por razões de higiene ou econômicas, mas por ser a maneira mais radical de “matar a morte”, para que ela não deixe rastros como túmulos a serem visitados, nem corpos em decomposição a serem cultuados¹.

De maneira geral, o que esses trabalhos procuram demonstrar é o não-lugar que o acontecimento “morte” ocupa na memória dos vivos. A morte e os mortos deixaram, principalmente desde a segunda metade do século XX, um vazio, uma lacuna na memória, passando, assim, para o reino do esquecimento.

AO ENCONTRO DE MNEMOSYNE

Hoje, todos nós somos herdeiros e, de certa forma, prisioneiros de um mundo moderno que é marcado essencialmente pela racionalidade técnica. Porém, se certamente todos sofrem as consequências de tal herança, é possível dizer que nem todos desfrutam dos benefícios que a racionalidade, sob a forma do progresso científico e tecnológico, trouxe à vida moderna. É evidente que todos estão expostos a este fenômeno moderno; contudo, à medida que este padrão de razão seja sentido de forma mais contundente através da ciência ou da tecnologia, é inegável que em uma sociedade que abriga enormes disparidades sociais – como a nossa –, nem todos desfrutem igualmente desses “progressos”.

É necessário evidenciar, portanto, que no contexto deste artigo estamos nos referindo a um contingente de excluídos que, geralmente, habita as periferias das grandes metrópoles ou os baixos dos viadutos do centro, e que parecem construir uma outra



noção de tempo e de espaço, noção essa que vai se refletir diretamente na relação que estabelecem com a morte e os mortos.

A sugestão mais evidente, encontrada na bibliografia que aponta para essa diferenciação, foi dada por José de Souza Martins já nas primeiras linhas de sua introdução ao livro que organiza: “O tema da morte é um tema interditado, banido, nos centros urbanos e nas regiões ‘mais cultas’ e desenvolvidas da sociedade brasileira (...) Só nas regiões distantes e ‘atrasadas’, entre caboclos e indígenas, ou *nas fissuras das cidades, das favelas e dos subúrbios*, entre negros e mestiços, *subsistem rebeldes ritos funerários, concepções de morte radicalmente opostas à nossa morte branca e civilizada*” (MARTINS, 1983: 9 – grifo nosso).

Trilhando um outro caminho, mas buscando também as especificidades do caso brasileiro, Roberto DaMatta propõe uma maneira de desvendar o enigma. Para esse autor, a sociedade brasileira não é individualista, mas relacional, o que explica, em grande parte, as razões para encontrarmos aqui atitudes semelhantes, mas também diversas daquelas verificadas em outros países. É nesse sentido que o autor afirma que no Brasil a lógica das relações sociais conta muito mais do que a lógica do indivíduo.

Na concepção de DaMatta, há que se pensar a sociedade brasileira sob uma perspectiva triangular, e essa relação triádica aparece nitidamente nos três mundos que ele identifica na cultura brasileira: o “mundo da casa”, o “mundo da rua” e o “outro mundo”. Para o autor, o que define esses mundos não é simplesmente o espaço geográfico, mas o conjunto de valores vigentes em cada um deles, que possuem, inclusive, éticas e temporalidades próprias. Assim, o tempo da casa é cíclico, onde prevalecem as relações de parentesco e amizade; o tempo da rua é linear, marcado pelas leis impessoais; e o tempo do “outro mundo” é eterno. Além disso, esses três mundos aparecem interligados e, por vezes, a lógica de um deles pode abarcar todos os outros. De qualquer maneira, há sempre um “&” que une os valores da casa “&” da rua “&” do “outro mundo”, onde acontece a síntese dos dois primeiros².

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

² Certamente, a mediação entre o mundo terreno e o sobrenatural passa pela dimensão religiosa e há que se levar em conta que, no caso da sociedade brasileira, há uma pluralidade de religiões e crenças, resultando numa infinidade de entidades que possibilitam essa mediação e a tornam extremamente fecunda. Destaca-se, ainda, que a permissividade dessas religiões, ainda que de forma velada, propicia o trânsito dos indivíduos entre elas, quando não uma verdadeira fusão entre diversas crenças.

Segundo o autor, esse “outro mundo” se localiza em “um plano onde tudo pode se encontrar e fazer sentido”, justamente porque ele representa a possibilidade de concretizar tudo aquilo que não foi possível realizar aqui na terra, simbolizando também o lugar da esperança, da justiça e da igualdade (DaMATTA,1985: 128).

Podemos enumerar vários elementos que parecem contribuir decisivamente para a permanência dos mortos na memória, evidenciando a diferenciação das atitudes diante da morte e estabelecendo um certo distanciamento entre as classes médias e o conjunto dos indivíduos mais desfavorecidos economicamente. Em primeiro lugar, abordaremos alguns fatores, tanto de natureza quantitativa como qualitativa, que são imponderáveis, ou seja, apesar de contribuírem para a fixação do acontecimento na memória, independem de qualquer ação da população para que isso ocorra.

O primeiro desses aspectos, de ordem quantitativa, diz respeito, evidentemente, à incidência da morte. Nem seria necessário dizer que a miséria, a desinformação, as péssimas condições de saúde e a escassez de recursos na área da Saúde Pública, somadas ao descaso e à negligência dos órgãos governamentais e até mesmo de alguns profissionais de saúde, são responsáveis pelos altos índices de mortalidade que, sem dúvida, pesam mais sobre os pobres. Nesse meio, a incidência da morte é tão grande que ela acaba por fazer parte, de uma maneira ou de outra, do cotidiano das pessoas.

Quanto ao aspecto qualitativo, estamos nos referindo aos diferentes modos de morrer. Para essa população de excluídos, uma das “modalidades do fim” que se encontra mais presente é a da morte violenta. É evidente que as classes médias urbanas também são freqüentemente ameaçadas pela violência dos assaltos e sequestros sucedidos por homicídio, mas podemos dizer que isto ocorre de maneira isolada, causando grande espanto e indignação, pois a percepção desses fatos entre as classes médias é de que se trata de uma situação anômala. Entre os pobres, longe de ser uma anomalia, a violência tornou-se algo banal.



Em São Paulo, quando ocorre uma morte violenta, é solicitada a vinda da polícia ao local. Somente após fazer a ocorrência, o que pode demandar horas de espera, a polícia comunica-se com o Instituto Médico Legal, que é o órgão responsável pela remoção dos corpos. Dado o pequeno número de carros apropriados que o IML dispõe para atender toda a cidade – situação que os obriga a circular até que todas as gavetas do carro sejam preenchidas –, esta operação pode implicar uma longa espera³. Vale lembrar que, muitas vezes, estas mortes violentas ocorrem em vias públicas fazendo com que os cadáveres – e as cenas dramáticas da chegada de familiares e amigos ao local – fiquem expostos aos olhares curiosos da população.

Esses três elementos – a incidência da morte, a freqüência de mortes violentas e a exposição dos cadáveres – formam um conjunto de fatores imponderáveis que já seriam suficientes para conferir uma certa particularidade às atitudes diante da morte, gravando este acontecimento na memória. Entretanto, não podemos desprezar outros fatores que constituem um conjunto de práticas sociais internas ao próprio grupo e que talvez sejam ainda mais relevantes no sentido de perenizar nossos mortos.

Pudemos constatar em um trabalho anterior⁴ que, na periferia, os rituais em torno da morte distanciam-se muito das práticas que buscam ocultá-la. Ao contrário, destacam-se a questão da visibilidade e do compartilhamento, pois o funeral mobiliza não só familiares e amigos, mas toda a comunidade. A notícia de um falecimento, que geralmente é veiculada pelos comerciantes e crianças do bairro, propaga-se com uma rapidez espantosa, de forma que em um espaço mínimo de tempo muitas pessoas estejam informadas e preocupadas em se dirigir ao local.

A quantidade de pessoas que vai prestar sua homenagem ao morto não só é observada como extremamente valorizada pelos familiares, pois revela a grandiosidade do funeral e parece ser tomada como um termômetro do carisma do falecido ou de sua importância para o grupo, ainda que grande parte dos presentes não mantivessem qualquer relação com o morto. Além de comparecer

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

³ Esse é o procedimento habitual que, em tese, vale para todos. Entretanto, sabemos que os moradores dos bairros mais privilegiados da cidade costumam ser poupadados – seja através de subornos ou de outros métodos – dessa espera tão dramática.

⁴ "A Morte na Sociedade Contemporânea" – pesquisa de Iniciação Científica, realizada por Valéria Sanches e orientada pela Profª Drª Maria Helena Oliya Augusto. FAPESP/1992.

ao velório, essas pessoas fazem questão absoluta de acompanhar o enterro, cabendo à família providenciar a locação de ônibus para transportá-las até o cemitério. Quanto maior o número de pessoas, ônibus, coroas de flores e missas celebradas, maior a demonstração de carinho e respeito para com o morto e seus familiares, contribuindo ainda mais para que essa morte seja lembrada e comentada como um grande acontecimento. Esta centralidade que a morte ocupa na vida da periferia faz com que ela se torne uma referência para os vivos, como um marco no tempo e no espaço, contrapondo-se, assim, à idéia de que os mortos estariam cada vez mais esquecidos⁵.

⁵ Na periferia é comum as pessoas lembrarem-se de locais ou referirem-se às ruas como sendo aquela onde mataram ou onde morreu fulano. Também utilizam a morte para localizar um fato no tempo, precisando se ele teria ocorrido antes ou depois de um determinado falecimento.

Ao colocarmos lado a lado aquele conjunto de fatores imponderáveis – citado anteriormente – e as práticas cultivadas pelo grupo social, nos deparamos com uma certa ambigüidade: por um lado, morre-se anonimamente, já que a sociedade em geral habituou-se a todas as formas de violência praticada contra os pobres – inclui-se, aqui, a própria situação de miséria em que vivem –, fazendo com que a morte se transforme em um acontecimento banal, rotineiro. Por outro, morre-se publicamente, pois essa experiência é vivida e compartilhada por todo o grupo social, celebrando a morte como um acontecimento extremamente importante, um evento.

PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO

Da mesma maneira que na periferia o velório e o enterro são compartilhados com um grande número de pessoas, o luto também parece ser vivido de maneira intensa e publicamente. Segundo Freud, o luto provoca uma falta de interesse pelo mundo externo porque nele se confirma a realidade que se procura negar, ou seja, a ausência, a perda do objeto amado. Entretanto, essa perda momentânea do interesse pela vida não constitui um estado patológico e seria até mesmo prejudicial ao indivíduo tentar roubar-lhe este momento. Pouco a pouco, embora não sem dificuldades, o indiví-



duo aceita o que a realidade lhe revela e, reconhecendo que aquele objeto está morto, recupera a capacidade de adotar um novo objeto de amor que o incentiva a viver. Como salienta Freud, “o fato é que quando o trabalho do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido” (FREUD, 1969: 277).

A incapacidade de reconhecer e aceitar a perda, como uma tentativa de evitar a dor, faz com que ela permaneça sempre presente, ainda que reprimida, pois como assinala Renato Mezan, “o reprimido não está simplesmente ausente: do seu lugar de não-dito, ele exerce seu poder sob a forma da repetição (...) de um passado que não passou” (MEZAN, 1991: 69-70). Entretanto, no caso dessa população – à qual nossas reflexões estão voltadas no presente trabalho –, acreditamos que o fato de se poder compartilhar esse momento com outras pessoas e, assim, expressar a dor, contribui para que a elaboração do luto se realize permitindo, por exemplo, que os discursos sejam recheados de mortes. Dessa maneira, os mortos não ficam soterrados no passado, como algo que permanece, mas que não pode ser lembrado; tampouco como um passado recalculado que emite sinais de vida no presente. Sim, eles estão presentes, mas como um passado que pode e deve ser lembrado.

Na concepção de DaMatta, o luto “é algo que salienta as relações sociais, sendo imposto de fora para dentro, da sociedade e das relações sociais para todo o círculo de pessoas que cerca o morto”; por isso seria tão cultivado nas sociedades relacionais, como é o caso brasileiro (DaMATTI, 1985: 117-18). Da mesma maneira que o luto, a memória também pode contribuir para que esse fortalecimento das relações sociais ocorra. Cabe indagarmos, agora, sobre a natureza dessa memória.

Em seu artigo “Excuso: alternação e biografia”, Peter Berger discute a questão da reinterpretação do passado, sobretudo com relação à autobiografia. Para o autor, há um processo constante de ressignificação do passado em função do presente, que se relaciona com a mobilidade geográfica e social dos indivíduos. Nesse sentido, ao atribuirmos um novo significado ao passado,

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões
sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

estaríamos recorrendo a uma memória seletiva que nos oferece interpretações alternativas sobre nossa biografia. Para Berger, “nós próprios nunca deixamos de interpretar e reinterpretar nossa própria vida. Como Henri Bergson demonstrou, a própria memória é um ato reiterado de interpretação. À medida que nos lembramos do passado, o reconstruímos de acordo com nossas idéias atuais sobre o que é e o que não é importante” (BERGER, 1972: 68).

Ao selecionar os elementos do passado que fazem sentido no presente e, ao mesmo tempo, dão sentido ao presente, o indivíduo está, de certa forma, “fabricando” seu passado. Através desse “eterno passatempo de corrigir o destino pela reformulação da história”, o indivíduo pode harmonizar a relação entre passado, presente e futuro (idem:72).

Nessa perspectiva, a tensão entre o esquecimento e a memória é evidente e é essa tensão que, provavelmente, perpassa a relação entre vivos e mortos. Se na concepção de DaMatta, o luto possibilita o fortalecimento das relações sociais, também em Berger podemos entender esse “jogo de recriação do mundo” através da memória como um elemento facilitador de vínculos sociais, uma vez que ele fornece sentido e coerência à biografia individual. Assim, ao ressignificar seu próprio passado, o indivíduo acaba por reinterpretar também os personagens que lá estavam presentes. Não só os fatos, mas também as relações sociais e as pessoas nelas implicadas, são constantemente reinterpretadas, tornando o pretérito sempre mais-que-perfeito.

Quando essa mesma “adaptação” ou “correção” do passado à luz do presente ocorre com relação aos falecidos, dá-se inicio a um processo, extremamente comum, de “santificação” dos mortos, cuja ocorrência se torna possível devido à nossa capacidade de esquecer. Se não nos fosse permitido esquecer, tal como o fantástico personagem de Jorge Luis Borges, Funes – *el memorioso* –, seríamos menos humanos e nossos mortos, certamente, nem tão santos assim. Como dissemos, durante o velório e o enterro a morte é celebrada e o morto insistente lembra. Porém, durante o trabalho de elaboração do luto, inicia-se o jogo entre o esquecimen-



to e a memória. Aqui, tem início o processo de seleção daquilo que deve ser lembrado para sempre e também daquilo que deve ser esquecido.

Nesse processo, geralmente são selecionadas as características consideradas positivas, preservam-se apenas aqueles elementos que podem contribuir para valorizar a personalidade do morto. O que em vida era considerado negativo, quando não pode ser esquecido, ganha um novo significado, de forma que até mesmo os defeitos revestidos por uma nova roupagem transformam-se em virtudes. Como assinala Brandão, “eis que, entre familiares e parentes mas também na vizinhança e na corporação, o corpo morto se torna o ‘morto querido’ por que se ora e, sem demora, em certos casos até se pede, como a um santo” (BRANDÃO, 1989: 189).

Em maior ou menor grau, quase todos os mortos acabam por passar rapidamente da condição de pessoa comum – que inclui acertos e erros, virtudes e defeitos –, para a condição de herói, que implica uma certa dose de onipotência e se localiza muito acima daquela outra categoria. Tanto nossos mortos são considerados heróis que, constantemente, são chamados a intervir neste mundo, bem aos moldes da ação de um super-homem que com sua onipotência também surge quase que do além, no momento em que precisamos ser salvos. Como observa DaMatta, seja para ajudar ou para atrapalhar, os mortos estão sempre presentes nas relações humanas e são inúmeros os relatos dessa intervenção do “outro mundo” atestando a existência de uma comunicação intensa entre vivos e mortos.

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

CONTAR/OUVIR ESTÓRIAS: O TEMPO DA NARRATIVA ORAL

É curioso notar que, salvo alguns trabalhos pseudo-científicos ou de cunho religioso, todos esses relatos sobre o “além”, a comunicação com os mortos, as estórias de aparições, assombrações, não se encontram documentados. Essas estórias – tão presentes no imaginário popular e tão difundidas entre nós – são passadas



Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

de boca em boca, de geração em geração e, por vezes, chegam a sair dos limites de um pequeno círculo de convivência, espalhando-se por toda a comunidade e modificando-se, pois, como reza a boa tradição oral, “quem conta um conto, aumenta um ponto”.

Em seu artigo “O narrador”, Walter Benjamin procura mostrar como a narrativa oral foi, pouco a pouco, substituída pelo romance e, mais tarde, pela informação. Segundo o autor, “o impulso experimentado no começo da idade contemporânea pelo romance é o primeiro indício de um processo, cujo fim será marcado pela decadência da narrativa” (BENJAMIN, 1975: 66). Para ele, diferentemente do romance, a narrativa oral é, por excelência, uma forma coletiva de transmissão de experiências próprias ou alheias. São experiências passadas de geração em geração que trazem elementos distantes no tempo e no espaço, daí a alusão ao marinheiro – que representa a distância espacial, trazendo a estória de longe, do além-mar –, e também a do agricultor que, ligado à terra, representa a tradição e a distância temporal. Como ressalta o autor, essas narrativas, assim como as lendas, as fábulas e os provérbios comportam sempre uma “moral da estória” que serve aos ouvintes como um conselho prático à sua vida. Além disso, seus significados nunca são inteiramente desvendados pelos narradores, de forma que cada um possa se apropriar da estória narrada como melhor lhe aprovou, permitindo, também, que ela jamais envelheça.

Depois do romance que, como demonstra Benjamin, tem em sua origem o indivíduo solitário e não mais a experiência coletiva, a informação também contribui para que a narrativa oral se torne uma “raridade”. A informação valoriza muito mais a *verificabilidade* do “aqui” e a novidade do “agora”, distinguindo-se radicalmente da arte de narrar e adequando-se perfeitamente a um tempo que, como assinala o autor, não é mais o do “tecer” e do “fiar”, mas do tempo breve, que abrevia não só a narrativa, mas também a vida, acreditando que assim se poderá abreviar, quem sabe, a morte. Para Benjamin, essa nova concepção de tempo já não admite a presença de narradores e ouvintes, as coisas distantes já não nos interessam mais, pois a experiência – que nos remete à



memória involuntária, ao acaso, ao inconsciente e ao coletivo –, foi substituída pela vivência – que se aproxima muito mais da memória voluntária, do consciente e do indivíduo.

Entretanto, vale dizer, em “O narrador” todos esses elementos que atestam o fim da narrativa oral aparecem apenas como uma tendência. Não se encontram nesse artigo afirmações categóricas que proclaimam definitivamente o desaparecimento dessa arte. Benjamin nos fala em “decadência”, em “raridade”, em “caminhar para”, mas jamais demonstra ter se deparado com um ponto final que realmente importa um fim à narrativa oral⁶. Provavelmente, é essa brecha em seu texto que possibilita a alguns autores uma leitura menos apocalíptica de sua obra e também do mundo.

Em seu artigo sobre memória e temporalidade, Silvia Borelli resgata essa outra face de Benjamin que mantém acesa alguma chama: “Pela restituição da memória involuntária o indivíduo volta a ser senhor de sua própria experiência. Resgata sua história perdida, restaura dimensões contidas desde a origem, sendo capaz de reorganizar os ‘cacos’ de sua trajetória individual. E concomitantemente a este processo, o passado individual retorna repleto de elementos da história coletiva (...) Partindo, talvez da crença na ilimitada capacidade humana de criar, mesmo em condições adversas (...) Acredita, mesmo que melancolicamente, na possibilidade de transitar pelas brechas, ainda que as ruas apresentem uma ‘única mão’” (BORELLI, 1992: 89-90).

Atualmente, alguns autores brasileiros já começam a identificar o ressurgimento de certos elementos da estrutura narrativa mesmo na indústria cultural. O trabalho de Maria Celeste Mira lança a seguinte questão: “A arte da narrativa se perdeu de fato? Não se contam mais estórias ou a forma como são contadas e ouvidas se modificou?” (MIRA, 1994: 1). Travando um debate com Benjamin, a autora procura ressaltar que a própria indústria cultural faz um apelo crescente ao fantástico e ao extraordinário – mobilizando a imaginação do receptor –, em detrimento da informação exata dos fatos. A autora demonstra, ainda, que também no meio acadêmico, sobretudo nas Ciências Humanas, tem havido uma revalorização da

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

⁶ Diferentemente dos textos de Horkheimer e, sobretudo, de Adorno, que provocam no leitor uma enorme sensação de angústia e imobilismo ao perceber que tudo está irremediavelmente perdido, os textos de Walter Benjamin, revestidos sempre por uma certa poesia, fazem com que mesmo diante do mais terrível diagnóstico, o leitor sinta-se impulsionado a procurar e encontrar possíveis saídas.

narrativa, não somente por se estar mais atento aos depoimentos orais, utilizando-os como fontes de informações, mas também pelo ressurgimento de um estilo mais ensaístico, presente atualmente nos trabalhos acadêmicos, que acaba por aproximar o pesquisador da figura de um narrador.

Nessa mesma perspectiva, Ana Lúcia de Castro também se depara com relatos de leitoras de revistas femininas que muito se aproximam de uma estrutura narrativa e que, ao serem publicados nas próprias revistas, são compartilhados por outras leitoras, configurando, assim, uma certa transmissão de experiências. Na conceção da autora, “a narrativa encontra-se presente na cultura de massa. Os relatos de experiências – ou ‘casos’ –, o fantástico, o suspense marcam a influência da oralidade, advinda da matriz popular, na cultura de massa” (CASTRO, 1994: 103).

Os dois trabalhos citados acima apontam para a presença da narrativa no seio da indústria cultural o que, certamente, exige enorme cuidado, pois, em geral, ao serem veiculados pela mídia, esses relatos assumem a pretensão de notícia, fato, verdade, modificando sua estrutura original. Além disso, a mídia utiliza-se muito mais de relatos particulares e datados do que de experiências coletivas, atemporais e universais, como é o caso das fábulas, por exemplo. De qualquer forma, o mérito desses trabalhos é o de garimpar em um contexto tão adverso e nos revelar que alguns traços da narrativa oral permanecem no momento contemporâneo, ainda que ela tenha sido obrigada a adaptar-se à nova realidade para não morrer.

No nosso caso, o que se observa, ao menos para essa parcela da população, é que não faltam narradores nem ouvintes, sobretudo quando se trata de mortes ou almas do “outro mundo”. Talvez não haja para essas pessoas um tema que desperte tanto interesse e que tenha capacidade de reunir tantas pessoas para contar e ouvir estórias como essas.

Vários elementos que, segundo Benjamin, caracterizam a narrativa oral, estão presentes nas estórias contadas e recontadas sobre o “outro mundo”. Esses relatos transportam as pessoas para



além de seus limites espaciais ou temporais, pois trazem elementos que estão distantes tanto no tempo – podem ter ocorrido há muitos anos, ou mesmo em uma vida passada –, quanto no espaço, pois sequer sabemos precisar onde se localiza esse “outro mundo”. Nesse sentido, podemos aproximar essas narrativas das palavras cantadas pelas Musas da mitologia grega, pois como nos assinala Torrano “é através da audição deste canto que o homem comum podia romper os restritos limites de suas possibilidades físicas de movimento e visão, transcender suas fronteiras geográficas e temporais, que de outro modo permaneceriam infranqueáveis, e entrar em contato e contemplar figuras, fatos e mundos que pelo poder do canto se tornam audíveis, visíveis e presentes” (TORRANO, 1992: 16).

Geralmente, o conteúdo das estórias do “outro mundo” é inexplicável, ao menos do ponto de vista racional⁷, pois versa sobre um mundo desconhecido, repleto de mistérios que não podem ser verificados, checados, ou totalmente desvendados pelos ouvintes e nem mesmo pelos narradores⁸. Dessa maneira, oferecem um campo vastíssimo para que a fantasia dos ouvintes possa adequá-las às mais diversas pessoas ou situações e, por isso, podem ser repetidas inúmeras vezes, pois sempre caberá uma nova apropriação ou interpretação daquela experiência vivida. Vale ressaltar, ainda, que quando se conta uma dessas estórias é quase impossível não provocar a imaginação ou a memória daqueles que a escutam, de forma que um caso sempre é sucedido por outro, favorecendo ainda mais a interação entre os indivíduos e a transmissão mútua de experiências. A alusão de Benjamin à Scheherazade parece aplicar-se perfeitamente a este exemplo: “subsiste, em cada uma delas, uma Scheherazade que se lembra, em cada um dos trechos de suas estórias, de uma nova estória” (BENJAMIN, 1975:73).

Evidentemente, hoje os espaços que favorecem essa troca encontram-se cada vez mais reduzidos; mas quando o desenrolar da vida se dá em um cenário composto por calçadas, esquinas, balcões de botequins, tanques e quintais coletivos, encontramos, então, esses elementos que acreditávamos terem desaparecido. Para além de cultivarem entre si um certo gosto pelo trágico⁹ que estimula esse

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

⁷ Certa vez, durante uma entrevista, o informante declarou: “A morte é um mistério de Deus que nem estudante explica” O “estudante”, embora neste caso pareça ser o mais sábio dos homens e esteja representando a “razão”, também não detém o poder de explicar o inexplicável.

⁸ É comum o narrador oferecer “pistas”, ou desafiar o ouvinte a checar a veracidade de sua estória, indicando-lhe o procedimento ou o caminho a seguir. Contudo, ninguém ousa fazê-lo, bastando, portanto, apenas a incitação à comprovação para que aquele relato seja tomado por verdadeiro.

⁹ A morte é, no limite, a última consequência da doença, da fome, do acidente, da violência, enfim, dos dramas cotidianos que fazem parte de uma categoria mais ampla que é a tragédia. Embora no momento não tenhamos condições de desenvolver uma análise do sentido da tragédia no mundo contemporâneo, vale a pena registrar que, de modo geral, os elementos trágicos da vida são freqüentemente exaltados pelos moradores da periferia, fato que, sem dúvida, mereceria ser melhor investigado.

tipo de narrativa, sobretudo, parecem manter uma outra relação com o tempo que lhes permite contar e ouvir estórias. O tempo da periferia não é o tempo previsível do relógio, do trabalho, ao contrário, é o tempo do possível, do acaso, do aleatório, do desemprego e, de alguma forma, também do ócio. É o tempo da doença e da morte, da dor, do sofrimento e da miséria. Paradoxalmente, esse é o tempo da vida e da experiência que Benjamin acreditava ter chegado ao fim.

A pobreza, a miséria, reeditam no final do século XX uma espécie de *flâneur* que esteve presente no passado e que hoje é obrigado a flanar, não por opção, mas pela escassez de trabalho. Neste nosso capitalismo, nesta fábrica de produzir desigualdades e injustiças sociais, ocorreu uma espécie de “revolta da natureza” que produziu o seu oposto: o não-trabalho, o tempo livre, o ócio. Talvez isso tenha aberto uma fenda na lógica e no ritmo da sociedade contemporânea, de onde emergem outras noções de temporalidade, de sentido e de experiência, pois como nos diz Walter Benjamin (1975:68) – em uma linguagem bastante poética –, “o ócio é o pássaro onírico a chocar o ovo da experiência”.

Se ao longo destas páginas procuramos evidenciar a tensão e a ambigüidade que cercam a morte e os mortos, ao final, nos deparamos com a tensão e a ambigüidade que cercam a vida: a sociedade produziu seu “lixo” onde foi depositado tudo aquilo que ela separou, apartou, descartou, excluiu da superfície e jogou para o fundo; mas é aqui, justamente deste “limbo”, que vemos ressurgir algo que acreditávamos há muito termos perdido. Como é possível que os valores mais fundamentais da vida tenham se refugiado neste “lodo” e sobrevivido ao lado de tanta violência, miséria e dor? ■



SANCHES, Valéria. Meeting Mnemosyne. *Plural; Sociologia*, USP, S. Paulo, 4: 60-77, 1.sem. 1997.

Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

Abstract: Working with data from the outskirts of São Paulo, this article focuses on the persistence of death as a public phenomenon with a strong effect on social relationships, in contrast with prevailing trends in modern attitudes towards death.

Uniterms: death - urban outskirts - sociability.

BIBLIOGRAFIA

ARIES, Philippe. *Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema, 1988.

BENJAMIN, Walter. O narrador. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975, pp. 63-81.

BERGER, Peter. Excuso: alternação e biografia (ou: como adquirir um passado pré-fabricado). In: BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1972, pp. 65-77.

BORELLI, Silvia H.S. Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson. *Margem*. São Paulo, 1(1):79-90, mar., 1992.

BRANDÃO, Carlos R. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

CASTRO, Ana L. de. *Revistas femininas: aspectos históricos, produção e usos sociais*. São Paulo, 1994, 183 pp. Dissertação (mestrado), PUC.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *A história do movimento psicanalítico & artigos sobre metapsicologia*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v.14.



Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo
Valéria Sanches

MARTINS, José de S. (org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MEZAN, Renato. Esquecer? Não; in-quecer. In: FERNANDES, Heloísa R.(org.). *Tempo do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 65-79,

MIRA, Maria Celeste. *Gêneros narrativos e indústria cultural*. São Paulo, 1994.
(mimeo).

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

TORRANO, Jaa (estudo e tradução). *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo:
Iluminuras, 1992.